

Ilusão e crise. Mesmo assim, o Brasil escapa

Cristina Calmon

Depois de um ano considerado de ilusões, o cenário de 1987 é tenebroso: recessão ou hiperinflação, com taxas de poupança reduzidas e sem investimentos de longo prazo. Se o governo reformular o modelo econômico, executando ampla reforma tributária e adotando um programa de austeridade, o preço a ser pago nos próximos anos não será tão doloroso. As condições estruturais do Brasil permitem que volte a crescer de novo as taxas bem rápidas, nos próximos cinco anos, apesar da grave crise que a economia atravessa agora.

Analistas como o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Paulo Guedes, e o professor da PUC, Rogério Werneck, entendem que o futuro do país depende, fundamentalmente, da política de curto prazo neste ano. O Brasil pode escapar da hiperinflação e da recessão, entrando num processo de ajuste com menos dor de crescimento entre 2 a 3%, sem queda absoluta do nível de produção, caso haja um empenho sério em fazer os ajustes internos e externos, aumentar a formação de poupança e melhorar distribuição tributária.

Se o governo, aliado ao "desrepresamento" de preços, mantém uma política fiscal e monetária frouxa, o país caminhará para a hiperinflação, moratória externa e, inevitavelmente, para a recessão, alerta Paulo Guedes, que há alguns meses já previa a explosão inflacionária, consequência do mito do congelamento. O quadro que estava sendo formado era da inflação reprimida e que desorganizou a economia de vários países da América Latina.

A liberação dos preços era inevitável, na opinião de Guedes, pois, do contrário, o colapso seria total: hiperinflação reprimida, desorganização do sistema produtivo, perdas de reservas cambiais (hoje em torno de US\$ 2 bilhões contra US\$ 8 bilhões em 1985) e declínio acentuado no saldo da balança comercial.

O ajuste terá de ser duro e não poderá deixar de fora o governo desequilibrado finan-

ceiramente, com o déficit público apontando para 7% a 8% do Produto Interno Bruto. O ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, muito pessimista em relação ao futuro da economia, entende que não há mágica para equacionar os problemas: o governo tem de exercer uma política monetária e fiscal eficiente e agir sobre seus gastos, para tentar evitar hiperinflação, recessão e aumento da crise externa.

E o principal ponto a ser observado é buscar o aumento da poupança interna, único instrumento viável para financiar investimentos de longo prazo e manter o ritmo de crescimento econômico do país. Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, por sua vez, acha que não se resolve os problemas causados por excesso de demanda através de investimentos, porque aumento de produção gera aumento de renda e por sua vez mais demanda. O fundamental, segundo ele, é elevar a poupança, para poder financiar o crescimento: "com a taxa de investimentos que o país tem agora não vamos conseguir sustentar um crescimento da ordem de 7% ao ano; no máximo de 5%", disse ele.

César Maia, deputado federal constituinte e ex-secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, está mais otimista em relação ao futuro do Brasil, apesar da crise atual. Entende que o Brasil que sairá da Constituinte, será um país diferente com um governo diferente, capaz de ocupar seu território de forma mais homogênea, produzindo uma distribuição de renda mais consistente.

Estruturalmente todos concordam que o Brasil é um país viável, dependendo agora da forma como o governo conduzirá os principais problemas: redução do nível de investimento, crise de desabastecimento, inflação explosiva, quadro externo extremamente preocupante, enormes problemas sociais. Com o fim do mito Plano Cruzado, o único amortecedor social para as medidas dolorosas que serão adotadas para equacionar as dificuldades, é dar condições aos governos estaduais e municipais, via descentralização de recursos, para aplicarem mais na área social.